



## PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

### Questões disciplinares da arquitetura e do urbanismo, uma reflexão sobre a condição contemporânea

*Disciplinary issues of architecture and urbanism, a reflection on the contemporary  
condition*

*Cuestiones disciplinares de la arquitectura e del urbanismo, Una reflexión sobre  
la condición contemporánea*

LINARDI, Fabrício de Francisco

Doutorando, POSURB – Pontifícia Universidade Católica de Campinas,  
fabriciolinardiarquiteto@gmail.com

SILVA NETO, Manoel Lemes da

Doutor, POSURB – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, manael.lemes@puc-campinas.edu.br

#### RESUMO

O artigo pretende ser uma experiência reflexiva da disciplina da arquitetura a partir do enfrentamento da condição contemporânea e as formas com que esse fenômeno vem se apresentando nas primeiras décadas do século XXI. Os argumentos estão estruturados em duas partes. A primeira visa refletir as circunstâncias por meio das quais se configura certa visão global a respeito da produção da arquitetura e urbanismo, de como ela “é” ou de como se mostra nos tempos atuais. A segunda resgata algumas reflexões que o “arquiteto e urbanista”, como ator social, entabula a respeito de sua própria ação, entendendo-a como possibilidade concreta de garantir direitos de bem viver na arquitetura e na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise Espacial; Proposição Projetual; Condição Contemporânea; Arquitetura e Urbanismo

#### ABSTRACT

*The article intends to be a reflective experience of the architecture discipline from the face of the contemporary condition and the ways in which this phenomenon has been presented in the first decades of the twenty-first century. The arguments are structured in two parts. The first aims to reflect the circumstances through which it configure certain global vision of the production of architecture and urbanism, of how it "is" or as is shown in the present times. The second rescues some thoughts that the "architect and urbanist" as a social actor, sets about his own action, understanding it as a real possibility of ensuring good living rights in architecture and city.*

**KEY-WORDS:** Spatial Analysis; Proposition Projetual; Contemporary condition; Architecture and urbanism



# PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

## **RESUMEN**

*El artículo pretende ser una experiencia reflexiva de la disciplina de arquitectura a la faz de la condición contemporánea y las formas en que este fenómeno se ha presentado en las primeras décadas del siglo XXI. Los argumentos se estructuran en dos partes. Los primeros objetivos para reflejar las circunstancias en las que establece una visión global de la producción de la arquitectura y el urbanismo, de la forma en que "es" o como se muestra en los tiempos actuales.. Los segundos rescates algunos pensamientos que el "arquitecto y urbanista" como un actor social, entabula sobre su propia acción, entendiéndola como una posibilidad real de asegurar buenas derechos de vida en la arquitectura y la ciudad.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Análisis Espacial; Proposición Projetual; Condición contemporánea; Arquitectura y urbanismo*



# PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

## Introdução

Preliminarmente, dois pontos de partida para a abordagem da condição contemporânea e de suas implicações na arquitetura e urbanismo. Mais especificamente, na ação projetual.

O primeiro origina-se do diálogo com a sociologia. Ana Clara Torres Ribeiro diria que as circunstâncias fundamentais que delineiam o tempo presente decorrem da modernidade e do alto grau de reflexividade impregnada na ação, incluindo-se, aí, a própria reflexão ou, então, a reflexividade da reflexão, ou o refletir-se porque se reflete, o que é fundamental na teorização a respeito da ação, da ação política e projetual (SILVA NETO, 2015). Como propõe Giddens, a reflexividade é critério constituidor fundamental da modernidade<sup>1</sup>.

Noutra perspectiva dialógica, o pensamento geográfico de Milton Santos. Para ele, a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. O fenômeno constitui o “estádio supremo da internacionalização”, uma nova fase histórica, trazendo um conjunto de novas possibilidades que alteram equilíbrios preexistentes e que procuram impor suas regras. E o conjunto é sistêmico (SANTOS, 1994, p. 48).

Assim, a reflexividade na arquitetura e no urbanismo, e sob o contexto da globalização, possibilitam planos analíticos cujas entradas circunstanciam, de início, o presente artigo. A propósito, o projeto de arquitetura e urbanismo encerra, em si, ações reflexivas à medida que prenuncia e antecipa a construção da forma arquitetônico-urbanística. No entanto, aqui, a reflexividade é interpretada não apenas no pensamento que antecede a ação projetual e a própria concretude do artefato, mas em particular na reflexividade sobre a ação, ou, ainda, como a arquitetura e urbanismo refletem a si mesmas, ou melhor, nas cogitações do arquiteto e urbanista a respeito dos desdobramentos de suas próprias ações no mundo.

Com esse norteamto, o artigo pretende ser uma experiência reflexiva da disciplina da arquitetura – guardando-se, aí, sob a menção categórica da arquitetura, a dualidade “arquitetura e urbanismo” – a partir do enfrentamento da condição contemporânea e das manifestações com que esse fenômeno

---

<sup>1</sup> “Com o advento da modernidade, a reflexividade (...) é introduzida na própria base de reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados/refletidos entre si. (...) A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são continuamente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1990, p. 45, apud SILVA NETO, 2015).



## PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

vem se apresentando nas primeiras décadas do século XXI. Propõe-se que a condição contemporânea seja compreendida à luz da reflexividade e, por consequência, do pensamento crítico que a globalização e a aceleração contemporânea (SANTOS, 1994), como processos explicativos do mundo contemporâneo e como a potência do “humanismo concreto” suscita perspectivas de ação racional na ideação de novo projeto para um “sujeito coletivo”<sup>2</sup>.

Por sua vez, a arquitetura, como técnica, arte e cultura, não está isenta dos efeitos da globalização, Ao contrário. Ora reagindo como mero reflexo do “global”, ora como insurgência reflexiva para projetos libertários, a disciplina é extremamente sensível ao fenômeno.

Decorrente da perspectiva entreaberta pela teoria social crítica, tal dualidade é aqui ensaiada estabelecendo-se, tentativamente, uma inter-relação entre a análise de Milton Santos sobre o fenômeno de globalização e as questões disciplinares da arquitetura. Repita-se. Em princípio, o entrecruzamento das relações entre a condição contemporânea da arquitetura e a globalização é inevitável.

Detalhe. A obra de Milton Santos não é o alvo dessa análise. O que se propõe é recuperar o pensamento crítico deste geógrafo que, em face ao globalitarismo, entrevê uma ação racional reflexivamente produzida pelos atores sociais, e por eles conduzida, rumo ao “período demográfico” da história.

Aí, então, uma interpenetração de sentidos. Refletir a globalização não pode restringir-se a compreender apenas o seu estágio atual. Também obriga perceber a historicidade do fenômeno e as chances entreabertas para que surjam outros projetos. No caso, necessariamente humanistas e libertários.

Refletir a arquitetura também. Há o “hoje” e o que pode ser “amanhã”. Isto é, o futuro, o projeto como norte reflexivo e racionalidade capaz de ações que, situadas ainda no presente, lancem outros possíveis históricos. Repita-se. Necessariamente humanistas e libertários.

Milton Santos propõe considerar três sentidos da globalização. Globalização como fábula, o mundo tal como nos fazem crer; a globalização como perversidade, o mundo como ele é; e, a globalização

---

<sup>2</sup> “O humanismo concreto, como projeto de um sujeito coletivo, como projeto que pode estar se inaugurando por força da constituição do período demográfico, por força do poder de transformação da outra face da globalização, a da globalização possível, tal humanismo guarda sincronias e circunstâncias que podem resultar enorme potência libertária. ‘Estamos vivendo um mundo de alta instabilidade e incerteza, como era aquele período do Renascimento, o que permite a disputa de projetos para o futuro’ (RIBEIRO, 2014, p. 107)” (SILVA NETO, 2015).



# PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

como possibilidade, o mundo como ele pode ser. Interpenetrando sentidos, procurando estabelecer paralelos entre esse pensamento e a produção da arquitetura e urbanismo, os argumentos estão estruturados em duas partes. A primeira visa refletir as circunstâncias por meio das quais se configura certa visão global a respeito da produção da arquitetura e urbanismo, de como ela “é” ou de como se mostra nos tempos atuais. A segunda resgata algumas reflexões que o “arquiteto e urbanista”, como ator social, entabula a respeito de sua própria ação, entendendo-a como possibilidade concreta de garantir direitos de bem viver na arquitetura e na cidade.

## **1-Arquitetura tal como ela se mostra, ou tal como nos queremos fazer crer**

O censo dos arquitetos e urbanistas do Brasil realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) no ano de 2013 constata que 52,12% dos arquitetos brasileiros destacam a pouca valorização do arquiteto e urbanista pela sociedade como principal obstáculo ao exercício da profissão. Porém, tal autocrítica não é atribuída, pelos próprios arquitetos, a sua formação acadêmica uma vez que o mesmo documento revela que 86,83% dos arquitetos se dizem satisfeitos com a instituição na qual concluiu a graduação. A relação paradoxal entre esses dois dados coloca uma pertinente questão. Porque ele, o arquiteto brasileiro, não é reconhecido pela sociedade?

O mesmo levantamento aponta outras questões relativas à concentração de profissionais nas distintas áreas de atuação do arquiteto. Segundo os dados, há enorme concentração de profissionais na área mais voltada para o setor privado em detrimento ao setor público e o planejamento. Da totalidade dos profissionais, 65,53% atuam na área de projetos – concepção, execução e interiores. Nesta área da arquitetura destaca-se que 51,57% dos contratantes recentes são pessoas físicas – enquanto uma pequena parcela de profissionais atua como servidores públicos (5,29%) ou no campo de planejamento urbano e regional (3,99%). Ainda que a área de projeto lidere a preferência de atuação dos profissionais da arquitetura, tal preferência, por si, não explica tamanha assimetria entre as diversas áreas de atuação. Uma possível explicação pode ser a dificuldade de acesso ou a escassez de postos de trabalho nos setores públicos e na área de planejamento urbano e regional. Outras possíveis explicações podem levar ao entendimento de que os cargos voltados ao planejamento estão ocupados por profissionais de outras áreas, ou que realmente não há cargos atribuídos para a função de arquitetos ou planejadores nos setores públicos.

Outra pesquisa, agora sobre o campo do mercado imobiliário, revela que os custos de projetos para um empreendimento imobiliário de mercado representam entre 1,5 a 3% do custo final da obra e

entre 0,5 a 1,0% do preço final de venda. Já os valores destinados entre os agentes de venda e publicidade variam entre 6 e 8%, revelando uma desproporção entre a importância do projeto e a venda de um empreendimento imobiliário na ordem de 10 vezes. O retorno do investimento em forma de lucro fica em torno de 35% dependendo da proposta mais ou menos agressiva de cada investidor (MACIEL, 2013)<sup>3</sup>. Considerando a pesquisa anteriormente mencionada, os dados apontam que a maioria dos arquitetos trabalha na área de projetos, no qual a contratação é majoritariamente realizada pela iniciativa privada; tem pouco retorno financeiro e, conseqüentemente, pouca relevância no processo decisório de cada empreendimento. Evidentemente a atuação do arquiteto projetista não se resume a projetos de empreendimento imobiliário, mas essa é uma prática representativa na totalidade da prática profissional projetista.

Em sua maioria, a atuação do projetista está diretamente relacionada às modalidades de contratação. As principais: contratação de pessoa física; contratação de pessoa jurídica; licitação ou concurso para projetos de âmbito público. Atualmente, no Brasil, pode-se presumir que não há um equilíbrio das modalidades de contratação uma vez que não há muitos concursos de projetos de âmbito público e, ainda assim, há poucas garantias legais que vinculem a contratação do arquiteto vencedor de concurso à elaboração dos projetos executivos e acompanhamento das obras, sem as quais impossibilita conferir qualidade e coerência entre projeto e obra de arquitetura.

No caso das contratações de pessoa física acredita-se que grande parte delas é voltada ao projeto de residências unifamiliares. Mesmo as pequenas encomendas, casas particulares de 100 a 250 metros quadrados, estão condicionadas ao mercado imobiliário, sendo que muitas vezes os proprietários encaram a construção de sua própria moradia como um possível ativo financeiro de longo prazo. E esta decisão limita consideravelmente a atuação do arquiteto no processo decisório, visto que há uma tendência do mercado de indução de um desenho de residência atribuindo a ela a condição de vendável. Assim, o produto final, que se pressupõe “bom investimento”, deve agradar ao gosto popular e, assim, não deve se diferenciar demais dos melhores negócios já realizados no passado. A arquitetura resultante de tal processo se caracteriza pela predominância do valor simbólico e pelo pensamento conservador, ambos conotativos do poderio econômico do “consumidor” e não da qualidade espacial a que se propõe o projeto de arquitetura.

Esse cenário ajuda a elaborar um quadro do imaginário que legitima a destinação final dos custos do projeto e da construção da arquitetura e, em parte, explica a elaboração da ideia de que a

---

<sup>3</sup> Estudo realizado sobre um empreendimento em Belo Horizonte no ano de 2010 (MACIEL, 2013).

desvalorização do ofício dever-se-ia, em princípio, ao pouco reconhecimento de sua importância junto ao corpo social. Nessa construção de sentidos há outras intermediações importantíssimas particularmente inculcadas no domínio da configuração cultural. Vejamos.

Na realidade editorial da arquitetura no Brasil e no mundo são destacados os seguintes dados. Entre 2005 e 2009, *Arquitetura Viva*, *Architectural Record* e *GA Document*, revistas internacionais de arquitetura, dedicaram 17 páginas (0,6% do conteúdo total) para habitação de interesse social e 1.165 páginas (38,7%) para edifícios culturais. Isto é, justamente os edifícios icônicos que doutrinam a formação do arquiteto (ARANTES, 2011).

Já no comércio editorial brasileiro, entre fevereiro e agosto de 2010, nas duas principais revistas – *Arquitetura e Urbanismo (AU)* e *Projeto Design* – 63% do conteúdo foram dedicados a residências de alto padrão, estabelecimentos comerciais para o mercado de alta renda e 0,1% voltado para habitação “econômica” (FERREIRA, 2011). Pesquisa de mesmo teor, porém com um recorte temporal ampliado, mostra uma tendência constante dos dados. Ao avaliar-se por cinco anos as publicações das revistas *Projeto Design*, *AU* e *Arquitetura e Construção* percebe-se que, do total de publicações de residências, apenas 5% foram destinadas à Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP), 38% a residências com dimensões entre 150 e 450 m<sup>2</sup> e outros 33% a residências com área superior a 450 m<sup>2</sup> e casas em condomínio de alto padrão (OLIVEIRA, 2014).

O que se nota sobre a questão das plataformas editoriais especializadas é uma forte evidencia de um condicionamento ideológico voltado para o desenvolvimento da arquitetura do espetáculo. Esta arquitetura, que se caracteriza por ser icônica, de valor autoral, de beleza fugaz, que segue os preceitos da moda, integra o desejo de evidenciar poderio econômico como valor primordial da constituição da cultura de massas, incluindo-se, nesse rol, as classes sociais de alta renda e a classe média. A arquitetura que participa desse circuito poderia ser interpretada como representativa do que Nestor Goulart Reis Filho definiu como “arquitetura supérflua<sup>4</sup>” (REIS, 2001).

Não é de hoje que a relevância e as decorrências da mídia na produção da arquitetura são motivos de preocupação no que tange à conformação do pensamento-ação-pensamento-ação-pensamento...

---

<sup>4</sup> “A arquitetura é inteiramente supérflua se for entendida como elaboração de projetos que sejam apenas parte do processo produtivo. A arquitetura tem sido, por meio da história, um instrumento de expressão da opressão, de manifestação de poder sobre os outros. [...]A arquitetura ‘do supérfluo’, a elaboração do supérfluo é utilizada como uma forma de poder. É também uma forma de decoração que vem da palavra decoro, que significa apenas uma representação formal”. (REIS, 2001).

Isto é, nos efeitos que desencadeiam na hegemonização da cultura arquitetônica, e, o que é pior, nas interferências que podem produzir na reflexividade de projetos concebidos sob o foco do sujeito social, coletivo. “(...) O incremento da imprensa arquitetônica e o capital que ela envolve faz com que o processo de produção da arquitetura se acelere e o artefazer contínuo, rápido e até oportunista crie ‘o pecado de interpretar a arquitetura como um fato de moda’” (SANOVICZ, 1998, p. 80).

Percebe-se que a produção editorial reflete a condição hegemônica introduzida na cultura arquitetônica contemporânea no sentido de oferecer uma excessiva promoção da “arquitetura de espetáculo”, vendida como obra de arte a poucos. E há mais o seguinte a reforçar a forte segregação em jogo nesse mecanismo de reprodução de controle social. É seguro que tal produção acontece na prancheta de uma ínfima parcela de profissionais. Aqueles com acesso à clientela proveniente da “elite” economicamente apaniguada. E, cada vez mais, jovens arquitetos duelam entre si para conquistar as limitadas oportunidades de participar desse seleto mundo do sucesso!

Todo esse aparato midiático contrasta com a outra face da produção da arquitetura. Aquela que se aproxima das preocupações de âmbito público, voltada para práticas mais colaborativas e visando o desenvolvimento social e coletivo. Denominada ‘arquitetura socialmente necessária’, essa produção está mais próxima da construção da cidade real e se difere da arquitetura supérflua por não ser uma simples representação formal, mas por refletir em seus poucos exemplares a própria ideação de um outro projeto que não o hegemônico, mas um outro projeto de caráter humanista e libertário.

No que diz respeito à construção de cidades, a pequena produção de arquitetura que se propõe a trabalhar a escala urbana se dá, majoritariamente, na forma de projetos urbanos oriundos de planejamentos ditos estratégicos. Essa metodologia, alvo de críticas severas, é metodologia importada de lugares que se propuseram a requalificar a cidade através da parceria público-privada na qual o poder público cumpre o papel de condutor dos projetos de desenvolvimento urbano e a iniciativa privada investe com intenção de reprodução de lucros com o desenvolvimento da cidade.

A crítica ao modelo dá-se no plano da estrutura político-econômica, na imagem do ente mercado e nas representações da globalização nas quais o mundo está imerso sob as condições históricas atuais. A leitura possível de suas propostas, de seu “projeto”, é aquela que confere ao espaço urbano uma condição de urbanismo negocial, e de que toda a cidade está à disposição dos interesses do mercado e, portanto, que toda a cidade está à venda. Isto é, atrelada à “cidade do pensamento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2011), na tentativa de naturalização da ideia de que não há

alternativa senão ceder aos interesses do capital globalizado. Isto é, funda-se na ação hegemônica em ato, concretizada, em especial, no plano da cultura.

“A luta pela hegemonia se dá no território da cultura, dos valores e dos instrumentos de conhecimento. A luta pela hegemonia é anterior [à tomada do poder, à dominação] e a luta é fundamentalmente [travada] no território da cultura” (RIBEIRO, 2014, p. 179, apud SILVA NETO, 2015).

Outra visão que semeia a ideia de que não há saídas, é a concentração espacial da reflexão, traduzida em termos do número de escolas de arquitetura na região sudeste, e da reflexão direcionada à ação, igualmente desigual entre regiões, estados e cidades brasileiras<sup>5</sup>.

Para ter-se ideia, na cidade de São Paulo, o pico da aglutinação dos arquitetos encontra-se em não mais que sete quarteirões da Rua General Jardim. Há, nas redondezas, cerca de 50 escritórios de arquitetura, a sede do IAB, três instituições de ensino (Escola da Cidade, Mackenzie e a Pós-graduação da FAUUSP), duas editoras especializadas na área (Cosac Naify e Romano Guerra) e, inclusive, fotógrafos com trabalho voltados para arquitetura. O núcleo “registra cerca de 250 arquitetos com endereços de trabalho nas cercanias da General” (CORREA, 2013).

Ora, imaginemos o cenário: o profissional, que é doutrinado pela arquitetura do espetáculo, aglutina-se em enormes concentrações de profissionais em poucas regiões do país que propõem projetos urbanos e, ainda, é mal remunerado e considerado pouco relevante pelos seus contratantes! Não é difícil imaginar que este cenário conduz a uma enorme competição entre profissionais da arquitetura na tentativa de participar deste seleto grupo de arquitetos-estrela enquanto pouca atenção se volta para os reais cenários de possibilidade de atuação do arquiteto e urbanista no sentido de refletir sobre o espaço social, de ampliar o imaginário para o coletivo.

---

<sup>5</sup> Sobre essa questão a região Sudeste, com destaque nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, sempre estiveram em foco no que diz respeito à história das escolas de arquitetura do Brasil. Entre o ano de 1899 e 1945, quando a Escola Politécnica forma os primeiros engenheiros-arquitetos do Brasil e a instituição desta especialização pelo Mackenzie em 1917, formaram-se menos de 200 profissionais em ambas as escolas. Com a criação das escolas Nacional de Arquitetura, em 1945, faculdade de arquitetura do Mackenzie, em 1947, e da USP, em 1948, formou-se cerca de dois mil profissionais até a década de 1970 (FONSECA; DENTE, 2001). Já o censo dos arquitetos de 2013 (CAU, 2013) aponta que atualmente há no país 428 cursos (60 deles com gratuidade). No Estado de São Paulo concentra-se 113 cursos, sendo que somente na cidade de São Paulo estão 36 cursos em atividade.

A geografia atual dos profissionais se mostra ainda mais concentrada. Dos mais de 106 mil profissionais da arquitetura 55,26% (58.607) estão localizados na região sudeste e outros 20,83% (22.089) estão na região sul. Em contrapartida, pouca atribuição profissional ocorre nas demais áreas do país, como Nordeste, com 12,13% (10.162), Centro Oeste, com 7,88% (6.598), e Norte, com 3,57% (2.986) dos profissionais.

E mais. Mostra um quadro que, naturalizado e, especialmente, entre os jovens que precisam se firmar no mercado de trabalho que, para sobreviver, não resta alternativa que não seja aliar sua arte aos ditames da competitividade e da arquitetura hegemoneizante. E o pior. Não entrevendo a possibilidade de pensar ações racionais de outro fazer da arquitetura pode lhes garantir inclusive como meio de vida que, inclusive, diga-se, pode ser praticado sem o medo de ter que lidar, diuturnamente, com outras gerações que se sucedem e com maior domínio maquínico da ação projetual.

## **2-Arquitetura tal como pode ser**

Ao analisar as condições da atribuição atual do arquiteto urbanista contata-se enorme disparidade em relação ao que se propõe a sua concepção disciplinar. De um modo geral, pode-se dizer que tal disparidade começa a fazer efeito a partir da década de 1950, quando a condição propositiva capaz de refletir e questionar o próprio status quo foi combatido e gradualmente descartado das atribuições do arquiteto urbanista. Por conta do pragmatismo necessário para a reconstrução das cidades europeias naquele período, a capacidade do arquiteto de pensar a ordem social por meio do desenho do espaço do homem foi condicionada pela força crescente do capitalismo, que, nas reformas urbanas, vislumbrou uma oportunidade de reprodução de lucros.

Porém, é também nesse momento que se desenvolve a crítica da arquitetura e da urbanística moderna, resultando em uma pluralidade de inovações propositivas e, mais a frente, na década de 1960 e 1970, uma ampla gama de novas teorias sobre as práticas da arquitetura e do urbanismo. Algumas das teorias desse período depositam grande confiança na revolução tecnológica e se preocupam em especular sobre uma arquitetura do futuro voltada para uma sociedade nômade, que nega qualquer relação espacial com o ambiente construído. Por vezes assumiu-se, inclusive, a própria inaplicabilidade das propostas. Já outras retomaram a história e a presença da cultura existente como elemento fundamental para o desenvolvimento da arquitetura. São essas teorias que renovaram o referencial teórico do arquiteto e urbanista contemporâneo de modo a enfatizar a necessidade de reconhecer as pré-existências da cidade para a proposição arquitetônica que contribuam para o desenvolvimento cultural e social.

Ao mesmo tempo em que grande parte das teorias da arquitetura e do urbanismo era renovada frente às condições do ambiente construído da época, outros setores também sofreram grandes renovações alterando as dinâmicas globais. Destaca-se, nesse sentido, o avanço alcançado pelas áreas

de comunicação e informação através do uso da internet e, como consequência, a mudança em toda cadeia produtiva que passaria a direcionar-se a instrumentalidade dos sistemas de acumulações cada vez mais flexíveis (HARVEY, 2012). Para a arquitetura, a decorrência da condição imposta determinou uma abordagem teórica simplista, com preocupações quase que puramente estilísticas, caracterizadas também por uma cultura intitulada de pós-modernista.

É a partir deste dado momento é que se percebe um condicionamento da prática da arquitetura e do urbanismo imposta pelas forças hegemônicas da lógica político-econômica dominante no sentido de restringir a prática profissional às ações estritamente instrumentais de organização do espaço, afastando-se, gradativamente, as ações racionais intrínsecas da concepção de projeto de arquitetura, Ou seja, em clara manifestação de afastar o arquiteto das posições que permitiam questionar a ordem dominante por meio do próprio projeto arquitetônico.

Não é de hoje que a questão do papel do arquiteto e o reflexo da arquitetura produção social permeia a discussão da arquitetura, de sua reflexividade. *Eupalinos, ou o Arquiteto*, de Paul Valery, é prova irrefutável da reflexividade na arquitetura. Isto é, de refletir os efeitos de sua ação, de engendrar pensamento e a ação em constante estado reflexão/refração.

Com o intuito de apresentar uma manifestação claramente depositada em refletir a ação na arquitetura – portanto, em pensar a arquitetura tal como pode ser –, no início dos anos 2000, por iniciativa dos professores do Departamento de Projeto da FAUUSP foi conduzida uma pesquisa que procurou estabelecer um diálogo entre os profissionais que lecionavam e ao mesmo tempo produziam arquitetura nos últimos 25 do século XX. A pesquisa, segundo seus idealizadores, tinha como objetivo promover “um debate brasileiro sobre a arquitetura na virada do milênio. [...] [E estava interessada na] discussão da arquitetura brasileira nas faculdades de arquitetura e na prática profissional. Trata-se, também, de avaliar a permanência dos valores consagrados da arquitetura moderna brasileira, produzida no período de 1930 a 1970, por meio daquilo que se produziu no último quarto de século” (PEREIRA, 2001).

As premissas da pesquisa questionavam que “(...) a inexistência da crítica arquitetônica no Brasil inibe o crescimento do conhecimento arquitetônico”, e que “(...) a revisão desse pensamento poderá levar os arquitetos brasileiros a melhor se posicionarem em relação ao debate atual da arquitetura, pelo estudo e interpretação da condição pós-moderna do mundo contemporâneo” (PEREIRA, 2001). Com este intuito foram registrados 54 depoimentos permeados por diversos questionamentos, dentre os

quais o primeiro: “A arquitetura como produção social e o papel do arquiteto. O processo de formação profissional” (PEREIRA, 2001).

Os depoimentos revelam um período no qual os docentes da USP se mostravam ressentidos com o gradativo afastamento das práticas profissionais com a responsabilidade de vinculação do desenho com a obra e com certo receio de que as categorias projetuais estavam perdendo espaço para as práticas de planejamento. Os depoimentos de professores como Abrahão Sanovicz, Nestor Goulart Reis Filho, José Cláudio Gomes, Murillo de Azevedo Marx, Joaquim Manoel Guedes Sobrinho, Gian Carlo Gasperini, Geraldo Gomes Serra, Ricardo Marques de Azevedo, Minoru Naruto, Ermínia T. Menon Maricato e Paulo Mendes da Rocha apresentam diferentes visões sobre o papel do arquiteto na sociedade e sobre a postura do profissional para o futuro.

Uns mais pragmáticos, outros mais reflexivos, com posturas modernas ou pós-modernas, encaram que tais posturas de afastamento do projeto são “referências do processo inexorável da chamada globalização, cujo entendimento necessariamente aprofundado poderia ajudar os arquitetos a trilharem novos caminhos, desde que estudemos as dimensões básicas desse processo: dimensão política, econômica, técnica, cultural e profissional” (SAWAYA, 2001).

A abordagem proposta pelos professores da FAUUSP no começo do novo milênio pressupunha uma retomada das características disciplinares da arquitetura e do urbanismo sem perder de vista as novas condições impostas no contemporâneo. Neste sentido, como disciplina da grande área das ciências sociais aplicadas, a disciplina da arquitetura e urbanismo teria, como principal característica, a de ser uma disciplina socioespacial propositiva. E, portanto, define como seu objeto disciplinar os espaços de vida do homem, que, por sua vez é trabalhado através do projeto de arquitetura. Projeto aqui entendido como ação racional, que vem de Weber e se porta contrária aos sensibilismos, à metafísica e a outros convencionalismos (LEMES, 2015). Portanto, ação racional que precede uma ação instrumental que é o desenho.

Porém, a cidade não é objeto exclusivo do campo disciplinar da arquitetura. Mais do que isso. Trata-se de um objeto multidisciplinar, isto é, com o contributo de outras disciplinas como a sociologia, a antropologia, a geografia, a história e o direito, que também tangenciam o espaço humano, especialmente as cidades, como objeto comum. Mas o detalhe é que, por uma questão de método, as visões disciplinares preservar-se-iam para garantir a densidade analítica que o objeto, interdisciplinar por excelência, o exige.



## PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

No campo da arquitetura e do urbanismo, entre os métodos disciplinares característicos estão a análise espacial e a proposta projetual. Desnecessário dizer que os dois métodos se interagem qualitativamente no sentido de que a formulação da ação projetual se estabelece a partir do conhecimento sobre a forma espacial da vivência dos homens e, portanto, da análise do espaço enquanto reflexo de um modo de vida. Desse modo a arquitetura e o urbanismo se firmaram historicamente como disciplina analítica e projetiva do espaço do homem quando seu caráter crítico-propositivo tinha como compromisso desenvolver propostas de desenhos questionadores e reformadores da ordem social. Essa produção marcou a consolidação teórico-prática dos grandes mestres do movimento moderno na Alemanha, nas décadas de vinte e trinta (KOPP, 1990), e no Brasil, com arquitetos como Affonso Eduardo Reidy, Vilanova Artigas e Sergio Ferro, cada qual produzindo arquitetura em relação a conjuntura político-econômico-cultural atenta aos contextos em que se firmaram.

Atualmente, o que se vê é um afastamento da atuação do arquiteto como disciplina crítico-projetiva, afastando-se, desse modo, das próprias atribuições disciplinares da arquitetura e do urbanismo e se aproximando das atribuições das demais ciências sociais, que são mais comprometidas em estudar, explicar e criticar os fenômenos do urbano e de sua produção e que, portanto, não podem colaborar efetivamente com a proposição projetiva.

O lugar da crítica na profissão do arquiteto, a reflexividade da ação projetual, não poderia afastar-se da experimentação, do ato de projeto em que o edifício, em se fazendo, faz também a cidade.

A crítica no Brasil se desenvolve no discurso acadêmico sem grande contribuição com novas proposições projetuais. Eventualmente as duras críticas paralisam projetistas que se sentem reféns de uma lógica perversa e não encontram respaldo na produção teórica. Em alguns casos, devido à falta de oportunidade de produção propositiva, a crítica textual pode parecer a única forma de um profissional se manter alinhado com seu papel disciplinar, mas, ainda assim, isso não contribui com o desenvolvimento da disciplina. Simplesmente revela a profunda crise disciplinar que enfrenta o profissional da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Ora, se o arquiteto não cumpre seu papel disciplinar, não terá reconhecimento profissional pela própria sociedade, o que, em princípio lhe motiva a insatisfação na ação projetual. Vale dizer. Na ação política. Na reflexão da ação projetual como potência de outros possíveis históricos. A de outra arquitetura, como possibilidade.

Milton Santos, no livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (SANTOS, 2011) sugere a outra globalização como possibilidade concreta. Para sugerir a reflexão das



# PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

questões disciplinares da arquitetura e do urbanismo em torno da ideação possível para uma outra arquitetura, em tempos de globalização, é possível, sim, propor outra possibilidade de fazer arquitetura atenta à beleza, mas, especialmente, à beleza que resulta da atenção do cumprimento da função social da arquitetura. Afinal, “(...) se alguém tem direito à arquitetura e ao desenho urbano são precisamente as classes menos privilegiadas sediadas sobre as áreas excluídas de toda urbanização” (VIGLIECCA, 2015?)<sup>6</sup>.

## Conclusões

Assim, parece-nos, não há outra perspectiva moral e eticamente aceitável que não seja refletir a postura disciplinar característica da arquitetura e urbanismo frente ao artefato, quer o edifício, quer a cidade, que não seja retomar a característica fundamental da análise espacial e da proposta projetual, porém recusando-se peremptoriamente de que a “arquitetura que nos querem fazer crer” é a única solução possível. Ao contrário. Uma das virtudes centrais do arquiteto e da arquitetura é a de refletir sua própria ação, como resultado do pensamento e como produto concreto que só as formas construídas podem designar-se categoricamente. Isto é, desenvolver esforço analítico e ação racional para enfrentar o apequenamento de sua função social e da importância de sua prática política, negando-se, por consequência, à conformação da ideia de que o arquiteto e sua arquitetura estejam irremediavelmente acudados em maquinações produzidas no campo da cultura. É justamente nessa dimensão que se encontra a saída. É no plano da cultura, na reflexividade do projeto, que outro período histórico pode vir a se firmar, como vislumbra a geografia de Milton Santos e as práticas socialmente necessárias imaginadas por Ana Clara Torres Ribeiro.

Sob a história do presente, as formas possíveis de enfrentar questões disciplinares da arquitetura e do urbanismo requerem reflexão em sentido mais largo. Ou seja, interpretando as condições impostas pelo real estado das circunstâncias, mas, ainda assim, imaginando a centralidade da ação que as escolas de arquitetura e a divulgação da cultura arquitetônica devem desempenhar no diálogo opositor a ser travado com as visões e ideologias fortalecidas pelo modelo da arquitetura hegemoneizante. E mais. Que é possível sim, outro projeto, outra utopia científica posta em movimento pela reflexividade contemporânea. As próprias instituições de ensino podem e devem se

---

<sup>6</sup> “É comum ouvir a afirmação: ‘o arquiteto não deve impor uma estética’, ou seja, nesta afirmação se pressupõe que a arquitetura é um bem de consumo em que a estética é um acréscimo decorativo, ou uma gratuidade inerente à uma classe social burguesa. (...) Estas considerações do medo ao desenho são comuns e escondem sempre uma incompetência técnica para enfrentar esta complexidade”.



# PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

aproximar do projeto do sujeito coletivo apropriando-se, por um lado, do conhecimento popular como elemento constitutivo do projeto e, de outro, de que a arquitetura do edifício e a arquitetura da cidade conformam relações indissociáveis. Na teoria e na prática.

## Referências

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. 6.ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CAU-BR. *Censo dos arquitetos e urbanistas do Brasil*, 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/censo/>> Acesso em: Março/2015.

CORREA, Vanessa. General Jardim, no centro de SP, é a rua dos arquitetos e do chorinho depois do expediente. *Jornal Folha de São Paulo*. 17/11/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/11/1371907-general-jardim-no-centro-de-sp-e-a-rua-dos-arquitetos-e-do-chorinho-depois-do-expediente.shtml>> Acesso em: 05/2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?* *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>

FONSECA, Antonio Claudio Pinto da; DENTE, Edgar Gonçalves. O contexto das entrevistas: O tempo e a prática. (p. 64-72). In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros. *Cadernos de arquitetura FAUUSP: registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUSP, nos últimos 25 anos/ organização Miguel Alves Pereira, Sylvio Barros Sawaya.. v. 1*. São Paulo: Pini/FUPAM, 2001.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 23 ed. 2012.

IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

MACIEL, Carlos Alberto. *Arquitetura, indústria da construção e mercado imobiliário. Ou a arte de construir cidades insustentáveis*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 163.00, Vitruvius, dez. 2013. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.163/4986>>.

OLIVEIRA, Bruna Rodrigues. *A representação do papel social da arquitetura através das revistas especializadas no Brasil*. Relatório final de Iniciação Científica. Orientador: Prof. Me. Marco Massari. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2014 (mimeo).

PEREIRA, Miguel Alves. Os arquitetos professores da FAUUSP e o cenário do pensamento arquitetônico. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros. *Cadernos de arquitetura FAUSP: registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUSP, nos últimos 25 anos/ organização Miguel Alves Pereira, Sylvio Barros Sawaya*. –São Paulo: Pini; FUPAM, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Resenha por Lucinda Ferreira Prestes. Entrevistador: Miguel Alves Pereira. 06/07/1998. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros. *Cadernos de arquitetura FAUSP: registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUSP, nos últimos 25 anos/ organização Miguel Alves Pereira, Sylvio Barros Sawaya*. –São Paulo: Pini; FUPAM, 2001.

SANOVICZ, Abrahão Velvu. Resenha por Lucinda Ferreira Prestes. Entrevistadora: Nina Maria Jamra Tsukumo. 06/07/1998, p. 78-83. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros. *Cadernos de arquitetura FAUUSP:*



## PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:  
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUSP, nos últimos 25 anos/ organização Miguel Alves Pereira, Sylvio Barros Sawaya. v. 2. São Paulo: Pini/FUPAM, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editofa Record, 2011.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAWAYA, Sylvio Barros. Para ler as entrevistas. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros. Cadernos de arquitetura FAUSP: registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUSP, nos últimos 25 anos/ organização Miguel Alves Pereira, Sylvio Barros Sawaya. –São Paulo: Pini; FUPAM, 2001.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. *Pistas de projeto na era do humanismo concreto*. Comunicação na Sessão Livre Visões de mundo a partir do olhar de Ana Clara Torres Ribeiro. XVI ENANPUR: Belo Horizonte, 2015 (mimeo).

VIGLIECCA, Hector. *Memorial de projeto: Heliópolis – Gleba A*. Disponível em <<http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-sector-a#gallery>> Acesso em: 05/2015. 2015?